



Circuitos urbanos do terror de Estado: Uma abordagem antirracista e interseccional da militarização

Gizele Martins 

Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestra em Educação, Cultura, Comunicação e Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: gizeleomartins@gmail.com

Juliana Farias 

Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: farias.ju@gmail.com

Resumo

Neste artigo, analisamos situações e casos de violência policial a partir de um quadro teórico-metodológico que combina a “virada das mobilidades” com estudos urbanos e interseccionais. Trata-se de uma aposta analítica para refletir sobre microdeslocamentos forçados e diferentes tipos de *checkpoints* que marcam cotidianos militarizados em territórios favelados e periféricos no Rio de Janeiro e na Palestina. Na primeira parte deste artigo, voltamos nossa atenção para diferentes situações etnografadas em favelas cariocas, considerando os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade e classe/território em todas as situações abordadas. Através de tais situações é possível compreender o que estamos enxergando enquanto “circuitos do terror de estado”. Na segunda parte, o olhar mais aproximado dá lugar a lentes capazes de sobrevoar tal circuito de forma mais distanciada, capturando elementos para refletirmos sobre a internacionalização das formas de controle e da militarização da vida e do território. É nesta parte que se solidifica a perspectiva de contraste entre as tecnologias governamentais acionadas nas favelas e periferias brasileiras com aquelas utilizadas na faixa de Gaza, na Palestina.

Palavras-chave: militarização, favelas, Gaza, violação de direitos, violência de Estado



Urban circuits of state terror: An anti-racist and intersectional approach to militarization

Abstract

In this article, we analyze situations and cases of police violence using a theoretical-methodological framework that combines the "mobilities turn" with urban and intersectional studies. This is an analytical approach to reflecting on forced micro-displacements and different types of checkpoints that mark militarized daily life in favela and peripheral territories in Rio de Janeiro and Palestine. In the first part of this article, we turn our attention to different ethnographic situations in Rio's favelas, considering the social markers of race, gender, sexuality, and class/territory in all the situations addressed. Through these situations it is possible to understand what we are seeing as "circuits of state terror". In the second part, the closer look gives way to lenses capable of flying over this circuit in a more distanced way, capturing elements to reflect on the internationalization of forms of control and the militarization of life and territory. It is in this part that the perspective of contrast between the government technologies used in the Brazilian favelas and peripheries and those used in the Gaza Strip in Palestine is solidified.

Keywords: militarization, favelas, Gaza, rights violations, state violence

A presença do racismo como fantasia colonial indeterminadamente atualizada no marco do colapso da colônia está exposta como ferida na paisagem das cidades, na densidade dos muros, cercas e fronteiras. (Jota Mombaça, 2016)

Neste artigo, analisamos situações e casos de violência policial em favelas e periferias do Rio de Janeiro a partir de um quadro teórico-metodológico que combina a “virada das mobilidades” com estudos urbanos e interseccionais. Trata-se de uma aposta analítica para refletir sobre micro deslocamentos forçados e diferentes tipos de *checkpoints* que marcam cotidianos militarizados em territórios favelados e periféricos no Rio de Janeiro e na Palestina. Para esta elaboração, nos valem de pesquisas realizadas através de diferentes projetos desenvolvidos juntas e também de forma individual, concretizando neste texto uma interlocução iniciada no ano de 2008, a partir do nosso encontro na ala de tamborins do Bloco Se Benze que Dá¹.

Tal encontro se deu após a morte de Matheus Rodrigues, uma criança negra, de oito anos de idade, assassinada pela Polícia Militar, em frente à casa onde morava com sua família, na Baixa do Sapateiro, uma das favelas da Maré². Era 4 de dezembro de 2008, Matheus estava uniformizado, pronto para ir para a escola, ia passar na padaria para comprar pão, mas foi atingido na cabeça por um disparo de fuzil. Durante as ações que se seguiram na busca por justiça para o caso, entre manifestações, reuniões na sede do Jornal O Cidadão (no CEASM)³ e ensaios do bloco no “prédio da Quartzolit” - que hoje virou uma ocupação de moradia e recebeu o nome de Portelinha -, na subida para o morro do Timbau, na Maré, foi travada uma parceria política que se desdobrou em amizade e, posteriormente, em interlocução acadêmica.

Estávamos simultaneamente diante de 1) a interrupção de um trajeto e de uma trajetória de vida; e 2) uma ação coletiva - formatada enquanto bloco carnavalesco - que defendia o direito de ir e vir no interior do próprio conjunto de favelas da Maré, em função das diferentes forças militarizadas presentes no território, fossem facções, milícias, polícias ou exército. Olhares forjados dentro e fora da favela voltados para o mesmo contexto de militarização: de dentro, uma jovem comunicadora comunitária negra, cria da Maré; de fora uma jovem cientista social branca, criada no asfalto.

Fronteiras físicas e simbólicas estavam inscritas, portanto, nessa paisagem urbana que identificamos enquanto ponto de partida comum da reflexão que alimenta o presente artigo. Ao longo das seções a seguir, os circuitos do terror de Estado serão abordados considerando a operação de duas escalas analíticas distintas: da cidade e da circulação dos corpos na cidade - valorizando um dos ensinamentos-chave do chamado “giro móvel”, de que circulação não significa sair de um ponto e chegar a outro, necessariamente, afinal circulação é também e o que acontece enquanto se desloca. Esta

¹ O Se Benze que Dá, além de ser um bloco carnavalesco de embalo, é um instrumento de luta Política, Cultural e Educacional, constituído por moradores e amigos do bairro Maré, uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro. Retirado de: http://blocosebenzequeda.blogspot.com/2009/10/quem-somos_657.html

² O Conjunto de Favelas da Maré, de 16 favelas, está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e tem uma população de 140 mil moradores. Sua população é negra, nordestina, refugiada e indígena. (Martins, 2019).

³ O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM é formado por um grupo de moradores e ex-moradores que acessaram a formação universitária. Há 26 anos o CEASM disponibiliza acesso à cultura, educação, pesquisa, comunicação e memória para moradores do conjunto de favelas da Maré (com aproximadamente 140 mil moradores, distribuídos por 16 comunidades). Retirado de: <https://www.ceasm.org.br/quem-somos>

perspectiva teórico-analítica é pautada pela sugestão de Freire-Medeiros e Lages (2020) para acionarmos o tripé “fluxos, fixos e fricções” ao investigarmos contextos marcados por assimetrias de poder e desigualdades sociais. O debate proposto prioriza também o diálogo com a produção sobre “genocídio antinegro” (VARGAS, 2005; 2012; ROCHA, 2014; FLAUZINA e VARGAS, 2017) e abordagens que, seguindo essa mesma linha de raciocínio, tratam de “violência policial antinegitude” a partir da análise de “afinidades imperiais antinegras nas práticas de policiamento racializado no Brasil” (ALVES e JAMES, 2017).

Na primeira parte deste artigo, voltamos nossa atenção para diferentes situações etnografadas em favelas cariocas, considerando os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade e classe/território em todas as situações abordadas, tendo em mente a abordagem de Hill Collins (2024) sobre “intersecções letais”. Através de tais situações é possível compreender o que estamos enxergando enquanto “circuitos do terror de Estado”. Na segunda parte, o olhar mais aproximado dá lugar a lentes capazes de sobrevoar tal circuito de forma mais distanciada, capturando elementos para refletirmos sobre a internacionalização das formas de controle e da militarização da vida e do território, como vem sendo discutido por Martins (2023; 2019a; 2019b). É nesta parte que se solidifica a perspectiva de contraste entre as tecnologias governamentais acionadas nas favelas e periferias brasileiras com aquelas utilizadas na Faixa de Gaza, na Palestina.

Enquanto pesquisadoras, mas também a partir de quem vivencia tamanha realidade na Maré e que fez recentemente duas visitas à Palestina histórica, alertamos que nossa proposta aqui não é comparar Maré com Palestina, afinal, trata-se de contextos políticos e sociais completamente diferentes. Nossa tarefa é acionar os aprendizados de Gizele Martins em suas idas à Palestina para refletirmos sobre determinados aspectos da militarização que produzem impactos lá e cá. No período dos megaeventos esportivos no Brasil, época de instalação das UPPs, das remoções e despejos de ocupações urbanas no Rio de Janeiro, os movimentos palestinos BDS e o Stop The Wall fizeram a proposta ao movimento Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e ao Movimento de Favelas do Rio, de atuarem juntos em pesquisas e em mobilizações contra a vinda de equipamentos bélicos e tecnológicos israelenses para serem utilizados em operações de segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro.

Desse encontro, surgiu uma grande parceria e em 2017 foi oferecida uma viagem para a Palestina: Gizele Martins representou o movimento local e visitou toda a Palestina ocupada. Em 2018, o intercâmbio estabelecido organizou a vinda dos movimentos palestinos e de diversos países do sul global para o Brasil, para participarem das atividades do Julho Negro. Recentemente, em julho de 2023, Gizele Martins foi novamente convidada para ir à Palestina, o que fez acompanhada de Patrícia Oliveira (fundadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência). O objetivo desse intercâmbio segue o mesmo: conectar as lutas contra os armamentos, em defesa da garantia do direito à vida nos dois territórios, na favela no RJ e na Palestina.⁴

No Brasil, a luta atual é para que as favelas e periferias sejam consideradas como parte da cidade, para que o direito à vida não seja violado pelo próprio Estado. Já na Palestina, o que ocorre é um *apartheid*, contexto que analisamos aqui nos termos de Mbembe (2018) como “ocupação colonial contemporânea”. Há 76 anos a população palestina sofre essa ocupação por parte de Israel, um dos maiores exportadores de tecnologias bélicas do mundo. Israel faz das vidas palestinas um grande laboratório da morte, as armas e tecnologias são testadas nos corpos e territórios palestinos e vendidas a diversos países do mundo, dentre eles o Brasil. A possibilidade de girar nossa atenção para Gaza a partir

⁴ Para maiores informações sobre o intercâmbio, ver Martins (2023).

da Maré e olhar novamente para a Maré após duas idas de Gizele Martins à Gaza é o que garante, portanto, essa mirada cruzada.

Parte 1. Microdeslocamentos forçados, fichamentos e *checkpoints*

Organizamos um conjunto de elementos para refletir sobre os “circuitos urbanos do terror de Estado”, que serão destacados a partir de situações ocorridas com pessoas com as quais estabelecemos interlocução em nossas pesquisas recentes, mas que não terão suas identidades reveladas neste artigo – não apenas pelo fato de nem todas se sentirem seguras para tal, mas também porque em termos analíticos, consideramos relevante enfatizar que as situações aqui descritas não configuram exceção na rotina de quem habita territórios militarizados. Trata-se, portanto, de situações que marcam o dia a dia de muita gente, podendo acontecer com outras pessoas nas mesmas periferias onde realizamos pesquisa, a depender dos marcadores sociais da diferença em jogo em cada situação – mas não são situações de exceção e sim parte da feitura cotidiana de regras, de regulações, de formas de classificação, vigilância, controle, enfim, formas de governar que interferem diretamente no direito de ir e vir das populações que residem nesses territórios militarizados.

Consideramos, inicialmente, situações de pessoas que foram obrigadas por agentes de estado armados a entrarem em veículos das polícias e/ou do Exército, por motivos diferentes e, uma vez dentro desses veículos, foram forçadas a percorrerem distâncias, foram levadas de um local a outro contra sua vontade. Para essa etapa da reflexão, decidimos focar em dois tipos de circulação forçada: 1) adolescentes homens, negros, lidos por agentes de estado como heterossexuais que são “pegos” e obrigados a entrar na viatura vendados, ficam rodando por horas seguidas, apanham e depois são largados em algum lugar dentro da mesma favela – prática conhecida como “pegar pra dar um susto”; 2) adolescentes e jovens mulheres, racializadas, lidas por agentes de estado como heterossexuais e adolescentes homens, racializados, lidos como homossexuais que são obrigados a entrarem nas viaturas e dentro desses veículos oficiais sofrem violência sexual (enquanto a viatura circula por dentro da favela).

Os veículos que, à primeira vista, são enxergados como uma invenção produzida para encurtar distâncias, para otimizar o tempo, para facilitar a circulação pelas cidades, são transformados, nos dois tipos de circulação forçada destacados, em uma espécie de sala de tortura, uma unidade móvel de tortura. A referência à tortura aqui não diz respeito especificamente às agressões físicas ou à violência sexual, mas ao próprio ato de obrigar as pessoas a entrarem no veículo, forçando-as a permanecerem por tempo indeterminado no interior de uma máquina – estando vendadas ou não, essas pessoas sofrem tortura psicológica, além das demais violações relatadas que estão diretamente conectadas aos corpos dessas vítimas. Ainda sobre os veículos, é imprescindível para a presente análise registrar o fato de pertencerem à polícia civil ou à polícia militar, logo, são veículos adquiridos por uma secretaria estadual de segurança pública, que eventualmente recebe recursos do governo federal para atualizar sua frota – trata-se, portanto, de um carro oficial que sendo transformado em unidade móvel de tortura é mais um tipo de armamento utilizado de forma rotineira, inserido na “engrenagem que realiza a administração burocrática de corpos vivos ou mortos”, no sentido trabalhado por Farias (2020).

É sabido que o tipo mais explícito e difundido de veículo adquirido por forças de segurança brasileiras para violentar populações de favelas e periferias é, indiscutivelmente, o blindado conhecido como “caveirão” – que será enquadrado na próxima seção do texto. Por enquanto, seguimos a reflexão com foco nas viaturas “comuns”, que podem até possuir alguma blindagem, mas são carros de marcas

comerciais, como as unidades recebidas pela PMERJ no início de 2023, no total 114 veículos de três modelos facilmente encontrados no mercado automobilístico: para patrulhamento nas ruas, foi escolhido o Duster, da montadora Renault; para ser empregado em operações policiais, o modelo Ranger, da Ford; e duas picapes L200, da Mitsubishi, para serem adaptadas para uso pelo Batalhão de Ações com Cães (BAC).⁵

A insistência em dividir a atenção entre as viaturas de modelos comerciais e os blindados táticos decorre do intuito de chamar atenção para a centralidade dessas viaturas consideradas “comuns” na composição desses circuitos de terror de Estado, afinal, não é apenas o “caveirão” que é temido, as demais viaturas utilizadas por agentes armados em serviço também são produtoras de violência, também compõem os contextos de violação de direitos nos territórios invadidos por forças militarizadas. “Carro da polícia” e “caveirão” não são vistos como iguais por parte de quem é diretamente impactado por esse tipo de violência de Estado, então enquanto pesquisadoras interessadas em compreender essas tecnologias de guerra, seria leviano de nossa parte não incluir informações sobre o que acontece dentro do “carro da polícia”.

*Governo federal e estadual castiga no carro
O povo tá com medo, olha só
Não dá pra ficar de pilantragem
Lá vem o caveirão, no bombardeio kamikaze
No jogo de totó, polícia com bandido
Um tiro na criança, já morreu mais um fudido
Criança de rico crescendo com sorriso
Aqui na favela tá na profissão perigo
Mayday, mayday, mayday, capa de jornal
Um preto favelado meteu bala em geral, sobrou pra nós
(Us Neguin q Não C Kala e Família Kponne, Lágrima de Sangue)*

Os usos podem ser distintos, mas enxergar esses diferentes usos de viaturas sem hierarquizar as violências produzidas dentro delas e/ou com elas é também uma forma de não deixar de fora dessa análise ações, estratégias e recursos que não têm tanta repercussão, mas que são parte das tecnologias de governamentalidade através das forças militarizadas tanto quanto chacinas e execuções sumárias. E para seguir nossa linha de raciocínio, trazemos mais uma situação envolvendo viaturas que fazem parte desse circuito urbano de terror de Estado.

São incontáveis os casos de execução sumária que ocorrem durante incursões e operações policiais nos quais as vítimas são colocadas, já mortas, dentro de viaturas, e levadas para algum hospital público localizado no mesmo bairro, ou distante da favela onde ocorreu o crime - mas em geral o argumento apresentado pelos agentes envolvidos é o mesmo: afirmam que estavam prestando socorro

⁵ Registramos, ainda, que o valor do Duster varia entre 90 e 116 mil reais, segundo a tabela FIPE de 2023; o modelo de picape L200 vale R\$240.000,00 e o Ranger, da Ford, varia de R\$ 182.056 até R\$ 234.725, dependendo da versão - seguindo a mesma tabela. Retirado de: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2023-01/policia-militar-do-rio-recebe-114-viaturas-semiblandadas>.

às vítimas. Importante registrar que, ao colocarem os corpos dentro de viaturas, os agentes de Estado estão desfazendo a cena do crime, uma prática considerada ilegal, assim como é ilegal transportar pessoas feridas sem ter formação profissional específica no campo da saúde - incluindo o motorista do veículo.⁶ Esse tipo de situação em geral também é marcada pelo fato de que os profissionais da saúde pública que “recebem” esse tipo de vítima nas unidades onde trabalham registram em boletim médico que a pessoa “já chegou cadáver”⁷.

Estamos, portanto, diante de situações nas quais pessoas são obrigadas por agentes de estado armados a entrarem em veículos policiais ou são colocadas - já mortas - nesses mesmos veículos. Estejam essas pessoas vivas ou mortas, importa prestar atenção nos marcadores sociais que estão em jogo nessas situações. Se a circulação vendada para dar um “susto” e as execuções sumárias conformam casos nos quais as vítimas são homens cisgêneros, jovens, negros, esse não é o perfil majoritário dos casos de estupro, como foi dito anteriormente. Mas entendendo que a violência é racializada, generificada e territorializada, vale pensar na articulação desses marcadores ao refletir sobre esses micro deslocamentos forçados.

Há dois casos de repercussão que não estamos analisando nesse texto, mas que merecem registro: o primeiro é o caso do assassinato de Claudia Ferreira, mulher, negra, moradora do Morro da Congonha, zona norte do Rio de Janeiro - que foi atingida e morta por arma de fogo de policiais, seu corpo foi colocado na viatura policial, mas no caminho, o porta-malas abriu e o corpo foi jogado pra fora, ficando preso por um pedaço de pano, sendo arrastado por 300 km pela via pública, pendurado na viatura. Esse caso demonstra não apenas o desfazimento da cena do crime, mas o tipo de deslocamento que o estado é capaz de produzir argumentando que está “prestando socorro à vítima”. O outro caso é o do assassinato de Luana Barbosa, mais uma mulher negra e moradora de uma região periférica de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, que foi espancada por policiais na rua, na frente de seu filho que era criança, depois foi colocada de forma forçada na viatura policial, e chegou com mais ferimentos na delegacia, onde foi presa por desacato à autoridade. Ou seja, a vítima espancada foi acusada pelos policiais de ter protagonizado a agressão e foi transformada em algoz. Durante a investigação do crime, os policiais disseram que os ferimentos aumentaram no trajeto entre o local do espancamento e a delegacia porque Luana teria ido por todo o percurso batendo sua cabeça na porta da viatura policial. Esse foi também o argumento mobilizado no processo judicial para dizer que o ferimento na cabeça que levou Luana à morte foi provocado por ela mesma: responsabilizaram a vítima pela própria morte⁸.

Os casos de estupro que ocorrem dentro de viaturas policiais são parte de um mesmo roteiro de invasão e conquista de territórios por diferentes forças militarizadas, considerando em especial que tais estupros podem ser lidos como “arma de terrorismo de massa extremamente eficaz”, conforme sugere

⁶ Estamos dando destaque aos veículos terrestres das forças policiais, mas vale registrar que essa prática ilegal de remoção de corpos também é realizada através de helicópteros - situação cada vez mais recorrente, pois o investimento das secretarias de segurança pública de diferentes estados brasileiros nesse tipo de veículo aéreo segue aumentando. Então, considerando também os helicópteros, é possível afirmar que tais circuitos de terror de estado envolvem tanto veículos terrestres quanto veículos aéreos. Um caso muito divulgado na mídia foi o assassinato de João Pedro, no município de São Gonçalo, durante a pandemia. Parte do desespero narrado pela família da vítima ao relatar o caso estava conectado com o fato de os agentes que atuaram na operação colocaram João Pedro no helicóptero dizendo que iriam prestar socorro, mas levaram a vítima, já morta, para um hospital extremamente distante da região onde o crime ocorreu. A família rodou diversos hospitais e institutos médico-legais de São Gonçalo, de Niterói e do Rio de Janeiro por horas seguidas, para depois serem avisados de onde o corpo estava. Ver Anistia Internacional (2021).

⁷ Para análises sobre atuação de agentes de Estado no desfazimento de cenas de crimes de homicídio durante intervenções policiais em favelas e periferias, ver Medeiros (2018) e Farias (2015).

⁸ Para uma análise do caso de Luana Barbosa, ver Alves (2020).

Angela Davis (2016 [1981]), como “ferramenta contrainsurgente”, como trabalha Hernandez Castillo (2017) e também como “arma de guerra”, “instrumento de limpeza étnica” e “tentativa de extermínio”, de acordo com Peres (2011). Ao refletir sobre determinadas características da violência colonial durante a invasão de diferentes territórios do sul global, McClintock traz a ideia de “rituais atrozes de masculinidade militarizada” (2010, p. 53) - uma ideia que faz sentido quando voltamos nossa atenção para os casos de etupro citados e que também faz sentido ao analisarmos casos de execução sumária e chacina, considerando as conexões entre processos de generificação e racialização de corpos e territórios.

Estamos diante de invasões e conquistas que fazem gênero e fazem raça nesses territórios através de atos de violência; fazem o gênero e a raça das mulheres estupradas e dos homens executados sumariamente - fenômenos cuja simetria é invisibilizada, não apenas pela hierarquização entre violências letais e menos letais ou entre vítimas fatais e vítimas sobreviventes, mas também pela hierarquização instituída via enquadramentos misóginos produzidos no interior do campo institucionalizado da segurança pública (das políticas públicas e também dos núcleos de pesquisa acadêmica sobre segurança pública).

Gostaríamos de dar continuidade à discussão chamando atenção para o fato de que os circuitos em questão não estão sendo pensados apenas a partir da ideia da circulação e da movimentação dos veículos. Trabalhar com a perspectiva trazida pelos estudos das mobilidades nos incentiva justamente a refletir sobre o movimento que é realizado e o movimento que é impedido (Freire-Medeiros e Lages, 2020). A partir desse enquadramento teórico-metodológico, passamos a analisar determinadas práticas militares que marcaram/marcam um território específico do Rio de Janeiro: O Conjunto de Favelas da Maré.

Trata-se de um conjunto de favelas com população de 140 mil moradores e localizado na Zona do Rio de Janeiro, sendo um dos maiores conjuntos de favelas do Rio. A Maré é conhecida por ter fronteiras territoriais demarcadas pelas principais vias expressas da cidade, como Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil, além do acesso para a Baía de Guanabara. Como vem sendo analisado por Martins (2023; 2019a; 2019b), a favela da Maré nas últimas décadas passou a ser um grande laboratório de uma política de militarização do território e da vida a partir de políticas implementadas por governos estaduais e federais ao longo das últimas décadas.

A favela da Maré não “recebeu” a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), como foi, infelizmente, o caso de outras quase 50 favelas do Rio⁹, mas foi a favela escolhida há dez anos, em 2014, para ser laboratório da Garantia da Lei e Ordem (GLO)¹⁰, lei utilizada na Ditadura Militar do Brasil. Durante um ano e cinco meses todas as 16 favelas da Maré ficaram sob controle do Exército Brasileiro. Neste período, inúmeras formas de controle e de militarização foram exercidas na Maré: houve diversos assassinatos, desaparecimentos forçados, mais de 800 pessoas foram presas e responderam no Tribunal Militar, algo que deveria ser proibido em tempos de democracia brasileira. Mas como sabe-se, nas favelas

⁹ Para o debate sobre instalação, funcionamento e violações de direitos a partir das Unidades de Polícia Pacificadora, ver especialmente Menezes (2023; 2018); Barros (2016); Siqueira e Rodrigues (2012); Leite et. al (2018); Rocha, Carvalho e Davies (2018) e Barros e Farias (2017).

¹⁰ O Conjunto de Favelas da Maré - por estar próximo às vias expressas como Linha Vermelha, Avenida Brasil, Linha Amarela e ao Aeroporto Internacional Tom Jobim -, foi invadido pelo exército durante a Copa do Mundo em 2014. Essa força de pacificação recebeu o nome de “Operação São Francisco” com o objetivo de preparar o “território” para a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora, o que não ocorreu. Os moradores da Maré tiveram que conviver com tanques de guerra e soldados armados circulando pelas ruas, além das revistas e tiroteios constantes, tudo isso por um ano e cinco meses (MARTINS, 2019a).

e periferias do Brasil ainda hoje há práticas da ditadura militar perpetradas pelas polícias com permissão e autorização dos próprios governantes.

Foram um ano e meio de inúmeras violações, na época, era comum o número de jovens moradores homens denunciando o número de revistas que sofriam por dia. Um dos depoimentos que marcaram a pesquisa de Martins (2019) dizia: "Hoje fui revistado 17 vezes. Eles não tem inteligência entre eles, eles não se comunicam. Todos os soldados que passam na minha rua me revistam". Outro depoimento dizia: "Só porque estou na porta de um bar sentado, eles se acham no direito de me revistarem. Já fui revistado três vezes, até que não aguentei e questionei. Mas não se pode questionar eles, por causa disso quase fui preso".

Para o Exército todos eram inimigos, todos eram revistados o tempo inteiro - esta política de revista constante feita nas entradas e saídas da Maré ficou conhecida como "Fichamento", técnica muito parecida com um tipo de revista que existe nos territórios Palestinos, lá chamam de "*checkpoints*": a cada entrada e saída das populações palestinas de seus territórios, passam por agressivas revistas por causa do regime de *apartheid* israelense¹¹. Na Maré, durante 2014 e 2015, os soldados revistavam moradores e moradoras 24h por dia, muitas vezes tiravam fotos das pessoas, revistavam celulares, olhavam até mesmo as conversas realizadas através de aplicativos. O depoimento de uma mãe, moradora da Maré, dizia que o seu filho bebê foi revistado: "Meu filho de um ano, de colo, foi revistado pelos soldados, eu estava com ele andando na rua. Me pararam e chegaram a revistar a fralda dele, mesmo sendo uma criança de colo".

Durante sua pesquisa de mestrado, Martins (2019a) ouviu também diferentes depoimentos de jovens mulheres racializadas que foram revistadas por soldados. Uma delas, moradora da Maré e também, comunicadora, chamou atenção para a tentativa de intimidação articulada à revista: "Nós nos sentíamos limitados para relatar e fotografar o que acontecia. Seja a respeito do exército ou de um evento cultural cotidiano. Já recebi gritos de um militar sobre como falar ou dar bom dia. Mas não respondi. Ninguém é obrigado a ser educado com o opressor. Como comunicadora, sempre tive cuidado com o que fazia próximo a eles. Mas muitas vezes tive que me identificar, de que veículo eu era, qual o site, qual meu nome... etc. Também passava por muitas revistas cotidianamente" (MARTINS, 2019a).

Outra moradora da Maré, também comunicadora, entrevistada por Gizele Martins, relatou que: "Durante a presença do exército, eu subia e descia o morro com fuzil apontado na cara. Era difícil saber que os seus amigos estavam sendo revistados 16, 18 vezes por dia. Exemplo disso é quando um amigo me contou que estava correndo na Vila Olímpica da Maré, fazendo o seu treinamento quando foi revistado porque estava correndo. Ele era um atleta, mas pararam ele e fizeram várias perguntas. Mas ele foi parado porque era visto como um inimigo, era favelado, estava num espaço favelado e é homem negro. Eu também fui parada, revistada, o que era um absurdo, a gente não acreditava naquilo. Subíamos o morro com medo, eu sempre dava de cara com o caveirão, com o anfíbio, com o tanque de guerra. Nenhum desses relatos podíamos fazer nas nossas mídias, a gente não podia filmar nenhuma dessas violações. Mas os soldados filmavam a gente, eles podiam filmar a gente, mas se a gente parasse para filmá-los a gente era revistado, sofria abuso, faziam várias perguntas. Só quem viveu aquilo é que sabe, não tenho palavras para descrever aquilo" (MARTINS, 2019a).

Assim como mencionado nos parágrafos anteriores, a Maré em 2014 e 2015 foi - sem dúvida-, um laboratório para o Rio de Janeiro de 2018. Sob o governo de Michel Temer, a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro foi decretada no dia 16 de fevereiro de 2018, com duração prevista até 31

¹¹ Na segunda parte do texto, abordaremos o contexto do *apartheid* israelense trazendo outros elementos para refletir sobre o processo de internacionalização da militarização.

de dezembro do mesmo ano¹². Uma semana antes da Intervenção Militar, quando os telejornais divulgaram que haveria a Intervenção em todo o Rio em 2018, os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência de Estado, junto aos movimentos de favelas do Rio de Janeiro, convocaram uma série de reuniões com movimentos sociais que já lidavam com a temática de segurança pública, com organizações de direitos humanos e com órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal.

O objetivo era tentar alguma medida jurídica e conjunta que pudesse impedir a Intervenção, ou mesmo trazer os dados referentes às violações de direitos humanos que ocorreram durante a intervenção na Maré nos anos de 2014 e 2015. A partir de relatórios e depoimentos sobre os casos ocorridos na Maré naquele período, os movimentos sociais, assim como determinados órgãos públicos, poderiam ao menos se preparar, talvez antecipar determinados tipos de violações. Compartilhava-se da compreensão de que há diferenças de abordagem e demais atos violentos cometidos pelos agentes das polícias civil e militar para os tipos de violações perpetradas por soldados e interventores do Exército brasileiro e outras forças armadas federais.

Embora as operações policiais em favelas do Rio de Janeiro e a violência que as envolvem, sejam parte da rotina da cidade, as operações de garantia da lei e da ordem suscitam questões específicas. Ressalta-se, em primeiro lugar, a controvérsia em torno da utilização das forças armadas em funções típicas das polícias e sobre a regulação das operações GLO. Em segundo lugar, destaca-se o problema da falta de transparência das ações militares em funções de segurança pública. Com efeito, as forças armadas não têm canais próprios para divulgar informação, nem protocolos para a prestação de contas sobre sua atuação na área da segurança pública (Imanishi Rodrigues e Armstrong, 2019)

Ainda em 2018, os movimentos sociais acima mencionados provocaram a Defensoria Pública do Estado e da União a organizarem o Circuito Favelas por Direitos¹³, o objetivo foi fazer com que os órgãos públicos não esperassem as violações chegarem nos seus devidos prédios e gabinetes no asfalto, mas que seus servidores fossem até as favelas e periferias do Rio coletar depoimentos, visualizar as violações, fazer uma escuta ativa dos moradores sobre as violações ocasionadas pelo Exército e pelas polícias do Rio. Nos relatos apareciam casos de estupros perpetrados por soldados, assassinatos, chacinas, prisões, fichamentos, invasão de casas, proibição da cultura popular de rua das favelas, assim como bailes funk, pagodes, forró, jogos de futebol e até brincadeira de crianças. As marcas da violência

¹² “A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo presidente Michel Temer no dia 16 de fevereiro de 2018, com duração prevista até 31 de dezembro do mesmo ano. A intervenção teve por objetivo “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro” (Decreto no 9288/18). O decreto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, no dia 20 de fevereiro de 2018, por ampla maioria. O general do exército Walter Souza Braga Netto foi nomeado interventor, assumindo as atribuições de governador do Estado no que se refere à segurança pública. O cargo de interventor foi definido como militar e o general Braga Netto passou a acumular o posto de comandante do Comando Militar do Leste com o de interventor do Rio de Janeiro”. “A intervenção federal envolveu um amplo conjunto de ações onde atuaram as forças de segurança do estado e, junto a estas, as forças militares, através das operações de garantia da lei e da ordem (GLO)”. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervencaoafederalrio.pdf>

¹³ Com o objetivo de promover uma escuta qualificada e desenvolver atividades na defesa dos moradores de comunidades, o projeto percorreu 30 favelas do Rio e nesse período contou com a participação de 400 pessoas e de mais de 70 defensores e recolheu em torno de 500 relatos dos moradores. Representantes de organizações da sociedade civil e de outras instituições, como o Defezap, a Secretaria de Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União (DPU), também participaram e foram essenciais na construção dessa atividade. Retirado de: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/9121-Institucionalizacao-do-projeto-Circuito-de-Favelas-por-Direitos->

colonial e das atualizações dessa violência durante a ditadura empresarial-civil-militar brasileira eram inegáveis.

Adicionando, portanto, fichamentos e *checkpoints* aos micro-deslocamentos forçados, é possível perceber como os arranjos militarizados de poder se alimentam tanto da interrupção de movimentações, quanto da produção de deslocamentos forçados. Retomamos, então, a linha de raciocínio de Freire-Medeiros e Lages (2020) sobre o acionamento do Novo Paradigma das Mobilidades para analisar contextos marcados por desigualdades sociais e assimetrias de poder, trazendo o debate sobre “fricções” para o exame de determinadas práticas militarizadas: “Contra a narrativa da globalização como fluxo contínuo (flow) de finanças, ideias e pessoas, o regime de mobilidades a expõe em suas fricções constitutivas, próprias de um fluxo oscilante e inconstante (flux), com vias expressas para poucos e cancelas para muitos” (Freire-Medeiros e Lages, 2020: 130).

Muitas são as “cancelas”, entaves seletivos que marcam os contextos militarizados para os quais voltamos nossa atenção neste artigo. Os “fichamentos” e os “*checkpoints*” talvez deixem mais explícito o alcance dos tentáculos governamentais se interpretados através das lentes que colocam as “fricções” das movimentações sociais no centro do debate. Tentáculos governamentais que ao ampliarem ou reduzirem distâncias, ao impedirem ou facilitarem acessos, produzem (re)ordenamentos urbanos e fazem o Estado.

Refletindo sobre “políticas da fricção” no âmbito dos estudos sobre mobilidades, Cresswell (2014) explora a ideia de fricção como “fato empírico” e também como categoria analítica, trazendo elementos concretos ao afirmar que “as fricções das movimentações sociais resultam em hotspots, ou seja, pontos quentes, de disputa, como a fronteira do Afeganistão com o Paquistão ou os cordões de isolamento e pressão feitos pela polícia frente a manifestações em Londres” (CRESSWELL, 2014: 114). Se em determinados contextos a fricção pode ser lida enquanto uma ferramenta de produção de poder, em outros é definida como “um fenômeno social com sua própria política”. Às vezes, ela desacelera e interrompe a mobilidade de pessoas, coisas e ideias e, às vezes, permite essa mobilidade” (CRESSWELL, 2014: 114)¹⁴.

Também vale olhar para os fichamentos ocorridos no Conjunto de Favelas da Maré considerando as reflexões de Jeganathan sobre os *checkpoints* a partir de contextos marcados por violações de direitos no Sri Lanka. Partindo de episódios que marcaram um conflito separatista na década de 1990, Jeganathan (2018) analisa como os postos de revista passam a fazer parte do cotidiano da população local e como vão sendo transformados em “zonas de prisão extrajudicial e posterior execução, seguindo uma lógica que pretendia ver “inimigos” do Estado em toda parte” (JEGANATHAN, 2018: 405).

Como exposto na descrição analítica anteriormente, as detenções arbitrárias também marcaram o cotidiano da Maré durante a ocupação do Exército. Os fichamentos de moradores atrapalhavam ou impediam a circulação dentro das próprias favelas do conjunto, além dos deslocamentos das pessoas que precisavam sair e entrar na favela. Importa bastante, em nossa análise, chamar atenção para a articulação entre a revista de documentos e a revista dos corpos das pessoas. Jeganathan (2018) destaca elementos como fotografias, impressões digitais e escaneamentos de retina enquanto possíveis respostas para a pergunta “quem é você?”, realizada de forma sistemática nos *checkpoints* de algumas regiões do Sri Lanka. Na Maré, os celulares das pessoas passavam por exames minuciosos durante as revistas. Os

¹⁴ Importante registrar que o autor trabalha com a perspectiva de que “não há uma política necessária para a fricção - ela pode ser uma força de dominação, uma tática de resistência, ou nenhuma delas” (CRESSWELL, 2014: 114).

corpos também. Soldados fotografavam moradores, mas os registros imagéticos dos soldados pelas mídias locais eram censurados.

Esse tipo de esquadrinhamento de corpos e territórios vem sendo analisado e denunciado através de diferentes publicações, dentre as quais destacamos o livro “Mobilidade antirracista” (Santini, Santarém e Albergaria, 2021), pautado pelo argumento de que “o direito a transitar determina o direito de existir”. As articulações entre raça e território no Rio de Janeiro também se expressam através da histórica divisão “asfalto X favela”, que poderia ser destrinchada enquanto a histórica divisão entre o asfalto onde são protegidos os privilégios da branquitude da cidade versus a favela onde são violados os direitos de pessoas vistas como inimigas por serem negras¹⁵. Não à toa Jeganathan (2018) argumenta que o *checkpoint* tanto pode ser um aparato fixo, quanto pode se alojar “na própria pele” do alvo - “essa articulação entre o aparato e a carne se torna uma fronteira, que é tão móvel e distribuída quanto a pessoa” (JEGANATHAN, 2018: 409).

As situações que conformam esses circuitos urbanos de terror de Estado envolveram vítimas racializadas, de gêneros e orientações sexuais variados, todas residindo em favelas. A análise desses circuitos revela como assimetrias de poder de gênero, raça e sexualidade marcam ações militarizadas de agentes de Estado armados em territórios de favelas e periferias urbanas. Nessa análise, portanto, aparecem entrelaçados racismo, machismo, lgbtfobia e misoginia na atualização de práticas governamentais de controle de corpos, populações e territórios, tornando possível enxergar esse “binarismo bélico” (FARIAS, 2021), que atualiza os duplos eu/outro; aliado/inimigo, produzindo uma espécie de fusão entre eu-aliado que praticamente aloca como outro-inimigo tudo e todos que não são “sua imagem e semelhança”.

Parte 2. O genocídio palestino e negro e favelado: Internacionalização das formas de controle e da militarização da vida e do território

O mundo assiste pelos canais midiáticos e pelas redes sociais o genocídio da população palestina em Gaza, além do aumento das opressões, do racismo e da militarização nos territórios palestinos em toda a Cisjordânia¹⁶. Até a finalização deste artigo, mais de 25 mil palestinos foram assassinados por bombardeios disparados pelo Estado israelense no intervalo de 100 dias (de outubro de 2013 a janeiro de 2024), sendo considerado o maior genocídio da história recente. Destes 25 mil mortos, o exército israelense assassinou 11 mil crianças e 7.500 mulheres na Faixa de Gaza¹⁷. Conforme as estimativas,

¹⁵ Para discussões que articulam diretamente negritude e território a partir de periferias brasileiras, ver Gonzalez (1982); Rolnik (1989); Alves (2011); Albergaria (2021) e Ramos et alii (2023).

¹⁶ Desde 7 de outubro, o apartheid israelense já matou mais de 9.500 pessoas palestinas em Gaza, incluindo mais de 2.500 mulheres e quase 4.000 crianças. Israel está executando o que experts da ONU, 880 acadêmicos internacionais, incluindo especialistas em genocídio, um ex-funcionário sênior da ONU e um número crescente de Estados descreveram como um genocídio em andamento contra os 2,3 milhões de palestinos na Faixa de Gaza ocupada e sitiada. (Site BDS) Retirado de: <https://bdsmovement.net/pt/news/acabar-com-o-genoc%C3%ADdioemgaza-%C3%A9-uma-quest%C3%A3o-feminista-apelo-das-mulheres-palestinas> Durante o processo de submissão deste artigo, ocorreu a invasão e tomada militar de Gaza por Israel, com intensificação do processo genocida a níveis ainda mais devastadores. Diante desse quadro, enfatizamos aqui que, mesmo que as análises aqui trazidas sejam anteriores a outubro de 2023, decidimos trazer parte dos números divulgados, nos somando às demandas pelo cessar-fogo em Gaza.

¹⁷ Retirado de: <https://www.monitordooriente.com/20240123-israel-matou-11-mil-criancas-em-tres-meses-alerta-governo-palestino/>

outras sete mil pessoas — 70% das quais mulheres e crianças — ainda estão presas sob os escombros, desaparecidas e provavelmente mortas¹⁸.

O número de corpos que chegou aos hospitais superou 25.900 vítimas, além de 63 mil feridos, desde 7 de outubro, quando Israel lançou sua implacável campanha militar em retaliação a uma ação transfronteiriça do grupo Hamas, que capturou colonos e soldados.(...) Em Gaza, os ataques israelenses destruíram completamente 70 mil casas e tornaram outras 290 mil inabitáveis. Dois milhões de pessoas — de uma população de 2.4 milhões de habitantes — foram expulsas de suas casas.¹⁹

Além disso, até o presente momento (janeiro de 2024), dados apontam que "cerca de 60 mil mulheres grávidas e 350 mil pacientes crônicos enfrentam risco de vida por falta de acesso aos cuidados médicos". Outra informação chocante é de mulheres grávidas tendo que fazer cesariana sem anestesia²⁰, mulheres grávidas estão perdendo peso por causa da falta de alimentos e nutrientes; outras mulheres e adolescentes estão usando pedaços de tenda como absorvente, sem chance alguma de se lavarem ou mesmo de terem acesso a comprimidos ou remédios anticoncepcionais ou para qualquer tipo de dor²¹. Sem contar os casos de "aborto espontâneo" que aumentaram cerca de 300% nos últimos três meses entre grávidas em Gaza. De acordo com as Organizações das Nações Unidas (ONU), a cada hora, duas mães são mortas por Israel em Gaza. A partir destes dados pode-se perceber que mulheres e crianças são o principal alvo do genocídio palestino.

Para além das práticas militares israelenses a partir de bombardeios e tiros certos que tiram a vida palestina, a dignidade humana de cada um deles vem sendo retirada de outras formas, a população local vem sofrendo com cortes dos direitos mais básicos, tais como: alimentos, água, remédios, energia, internet e outros direitos. Palestinos vêm sendo sequestrados e mais de 119 jornalistas e comunicadores foram assassinados. Assim como na Maré e em outras favelas e periferias do Rio de Janeiro, ameaçar e censurar comunicadores e jornalistas virou uma grande prática, pois censurar um comunicador nas favelas do Rio, ou assassinar um jornalista na Faixa de Gaza é, sem dúvida, diminuir a circulação de notícias a partir daqueles que tentam relatar o próprio genocídio, a própria história, é proibir relatos da fonte de quem vive ou sobrevive tal realidade/crueldade em seu devido território.

Gaza virou um cemitério a céu aberto, assim como já é há mais de 15 anos uma prisão a céu aberto²², pois muros do apartheid e checkpoints cercam todo o território de Gaza, os palestinos não podem sair ou entrar de lá há mais de 15 anos, as entradas e saídas são controladas por soldados israelenses, além de viverem sob forte aparato tecnológico de vigilância de controle da vida cotidiana. Os palestinos sofrem com uma tentativa de colonização há 76 anos, quando houve a Nakba, desde a primeira expulsão dos palestinos de seus territórios, quando foi criado o Estado israelense²³. Ou seja, há quase 80 anos eles vêm sendo expulsos de seus territórios, sofrendo com militarização, racismo e

¹⁸ Ver nota 18.

¹⁹ Ver nota 18.

²⁰ Ver nota 18.

²¹ Dados divulgados do Boletim Médico de Gaza, na página do Instagram: Juventude Sanaud

²² Nas últimas semanas, Israel, uma prisão a céu aberto há mais de 16 anos, bombardeou indiscriminadamente bairros civis inteiros, hospitais, escolas, igrejas e mesquitas; fez a limpeza étnica de 1,5 milhão de pessoas; e cortou o fornecimento de água, alimentos, combustível e remédios, transformando Gaza no que um ex-funcionário da ONU chama de "o maior campo de extermínio a céu aberto do mundo". Retirado de: Site BDS: <https://bdsmovement.net/pt>

²³ Ver Misleh (2017).

apartheid, mas o mundo só teve contato com tamanha crueldade a partir do dia 7 de outubro, quando se intensificou o genocídio em Gaza.

Diante de tanto massacre, de tantas dores e de um mundo que se silencia, mulheres palestinas têm tentado levantar a voz²⁴. Assim como os movimentos de mães e familiares e movimentos de favelas e periferias do Rio de Janeiro, mesmo diante de tamanhas violações contínuas de direitos humanos que ocorrem aqui nas favelas e periferias do Rio ou lá em Gaza, onde o genocídio atinge neste momento um alto grau de desumanidade, os corpos vivos resistem e se mobilizam.

Mas, para além da correlação desumana nas semelhanças nos impactos de violações de direitos nas vidas negras das favelas e nas vidas palestinas em Gaza, é preciso falar da produção do genocídio, de quem fabrica essas armas e aparatos bélicos e de controle, da possibilidade de difusão dessas práticas militarizadas e coloniais para controle de populações e territórios. Israel e Brasil têm algumas relações governamentais já há décadas. O Brasil, por exemplo, já foi considerado como um dos principais compradores de tecnologias e treinamento militar (Dolce e Labaki, 2017). O Bope, em 2016, treinou em Israel e trouxe de lá tecnologias de oprimir e matar parecidas com o que os soldados israelenses cometem contra o povo palestino. Recentemente, outra pesquisa revelou que o Brasil continua sendo um dos maiores compradores de armas israelenses:

Era a cerimônia de 53 anos da tropa e a Secretaria de Segurança Pública do governo estadual destacava 10 metralhadoras leves Negev de calibre 7,62 mm, da Israel Weapon Industries Ltd (IWI), consideradas armamentos de guerra, para uso em campo aberto e capazes de disparar 700 munições por minuto. Apesar de apresentadas como novas, foram adquiridas em 2020, ainda no governo de João Dória (PSDB). Também em outubro, 10 dias depois do início do atual massacre na Faixa de Gaza, a Polícia Civil da Bahia apresentava 225 fuzis calibre 5.56 de fabricação israelense. O governo de Jerônimo Rodrigues (PT) afirma que o armamento vai “reforçar a ação policial no combate à facções criminosas no estado”. Como O Trabalho vem noticiando nas últimas edições, essa é a desculpa oficial para a polícia baiana ser a que mais mata no Brasil - e as mortes por intervenção policial aumentaram quase 80% no terceiro trimestre de 2023. A Polícia Militar do Rio de Janeiro, sob governo de Cláudio Castro (PL), adquiriu no ano passado o mesmo armamento que a Civil baiana. Mas, neste caso, foram 600! Já o governo de Goiás, de Ronaldo Caiado (PSDB), fechou contrato com a Israel Weapon Industries para adquirir carabinas semiautomáticas - contrato assinado durante o mês de outubro (Dolce e Labaki, 2017).

Movimentos sociais palestinos e organizações de direitos, assim como o BDS e o Stop The Wall, vêm há décadas fazendo pesquisas que revelam essa relação comercial e política entre Brasil e Israel. A campanha por embargo militar vem sendo realizada entre os palestinos e os movimentos de favelas e de mães e familiares vítimas da violência policial há quase oito anos no Rio de Janeiro. Juntos realizam as atividades chamada de Julho Negro, onde debatem correlações internacionais a partir da militarização, do racismo e do *apartheid*, além de debaterem conexões de lutas conjuntas pelo direito à vida e à terra.

Nos últimos anos, campanhas contra o caveirão aéreo e terrestre, contra os drones, além de técnicas militares vêm sendo expostas por ambos movimentos. Fato que tais empresas experimentam na vida palestina cada um destes armamentos e exportam tais tecnologias e equipamentos da morte para o restante do mundo, sendo o governo brasileiro - independente da linha política - um dos maiores

²⁴ Para uma abordagem específica sobre as conexões entre gênero e militarização nos contextos palestinos e brasileiros, ver Aguiar (2019); Decothé (2019); Martins (2019b), Misleh (2019) e Martins et alli (2020).

compradores desses aparatos bélicos. Estes equipamentos bélicos são utilizados dentro dos becos e vielas das favelas e periferias do Rio de Janeiro. Por isso, cada vez mais, a importância da conexão não só das lutas a partir da denúncia dessas empresas e gastos de orçamentos públicos, mas uma conexão de luta e resistência que conectem os dois movimentos que lutam hoje e cada vez mais pelo direito de viver e permanecer em seus devidos territórios de moradia e resistência.

Militarização acima dos telhados e abaixo do chão

Neste artigo, ao nos dedicarmos à análise de circuitos urbanos de terror de Estado, passamos por diferentes escalas analíticas: corpos, periferias, cidades e fluxo internacional de tecnologias de guerra podem ser apontados como pontos de partida e/ou de chegada da reflexão aqui proposta. Encaminhando essa discussão para o encerramento, gostaríamos de conectar algumas lentes através das quais estamos olhando para esses contextos militarizados.

Considerando estarmos diante de “experiências contemporâneas de destruição humana” (Mbembe, 2018), vale explicitar que a leitura de violência de Estado, violação de direitos e processos de militarização nas favelas do Rio de Janeiro e na Faixa de Gaza bebe diretamente do acionamento que Achille Mbembe (2018) faz da obra de Fanon ao abordar a “especialização da ocupação colonial” para sustentar sua elaboração de “necropolítica”. Afinal, é trazendo para o corpo do texto a já conhecida definição da “cidade do colonizado” que Mbembe organiza um roteiro de leitura de ocupações coloniais contemporâneas que - vale explicitar - estamos utilizando aqui neste artigo.

Na referida passagem, Mbembe (2018) afirma que “a ocupação da Faixa de Gaza apresenta três características principais ligadas ao funcionamento da formação específica do terror”: 1) “a dinâmica da fragmentação territorial”; 2) “o acesso proibido a certas zonas” e 3) “a expansão de assentamentos”. Após a listagem, o autor explica que tal processo tem o duplo objetivo de impossibilitar qualquer movimento e implementar a segregação nos moldes do Estado do *apartheid* e completa afirmando que “assim, os territórios ocupados são divididos em uma rede complexa de fronteiras internas” (MBEMBE, 2018: 43). Seguindo essa interpretação, o espaço é considerado “matéria-prima da soberania e da violência”: “soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2018: 39).

Ainda que o foco de Mbembe ao trazer essa análise seja fortalecer seu argumento de que “a forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (Mbembe, 2018: 41), entendemos como válido esse exercício de enquadrar topografia e espacialização ao voltarmos nossa atenção para favelas e periferias no Rio de Janeiro. Na primeira parte do texto, destacamos micro-deslocamentos forçados, fichamentos e *checkpoints*- tecnologias controle e vigilância, compostas através da presença de agentes armados nas ruas, becos e vielas das favelas para interromper o trajeto de moradores, além de viaturas policiais e das forças armadas para percorrer essas mesmas ruas, becos e vielas com moradores/as vendados/as ou sendo estuprados/as. Também foi mencionado o uso de carros e helicópteros de diferentes frotas para desfazer a cena do crime, quando o corpo da pessoa que foi executada por agentes de Estado armados em serviço é retirado do local sob a desculpa de estarem prestando socorro à vítima.

Faz sentido, portanto, acompanhar a linha de raciocínio de Mbembe (2018) ao refletir sobre a separação entre o espaço aéreo e o terrestre, chamando a atenção para o “regime de soberania vertical”

que marca as ocupações coloniais. Tal exercício também vale para o debate que desenvolvemos na segunda parte deste texto. Tanto em Gaza, quanto nas favelas do Rio de Janeiro, cortes de luz elétrica e de água fazem parte das práticas governamentais para desabastecer esses territórios e as pessoas que ali residem. O uso de drones também marca a rotina das populações nas regiões em questão. Tanto o subsolo quanto o espaço aéreo também compõem, portanto, zonas de conflito. Por mais diferentes que sejam os contextos sociopolíticos, como já alertamos anteriormente, o intercâmbio internacional de técnicas, máquinas e demais aparatos militarizados produz movimentações miméticas de cerco e ataque²⁵.

Já os processos de classificação e criminalização de corpos, populações e territórios compartilham bases históricas em lógicas bélicas: os inimigos podem não ser os mesmos, mas o Estado, para se manter soberano, sempre vai depender da construção de um inimigo público - e, como foi dito anteriormente, essa classificação é pautada por assimetrias de poder de raça, gênero, sexualidade e território. Sendo assim, a construção desse “outro” como inimigo obedece a regras racistas, machistas, LGBTfóbicas, misóginas, capacitistas e classistas. Daí a relevância da obra de Hill Collins em nosso enquadramento, trazendo a perspectiva interseccional como uma forma de análise crítica que enxerga sistemas de poder como interligados, interdependentes - “a interseccionalidade descreve como vários sistemas de poder convergem para catalisar expressões de violência que recaem mais fortemente sobre determinados grupos” (HILL COLLINS, 2024: 9).

Elaborando a noção de “interseccionalidades letais” ao refletir sobre situações de “dominação política em que a morte, ou a ameaça de morte, é evidente” (HILL COLLINS, 2024: 10), Hill Collins argumenta que para entendermos melhor as relações de poder, precisamos olhar alguns casos de violência de perto, perceber como determinados atos de violência estão conectados. Nesse sentido, “a intersecção letal oferece uma visão da estrutura social das relações de poder, na qual as experiências de um indivíduo com a violência refletem as formas como as relações de poder são organizadas e impostas” (Idem).

Aqui, portanto, voltamos nossa atenção para a “nova doutrina militar da guerra assimétrica” (GRAHAM, 2016) entendendo que a lógica militarizada é tão racista quanto heteronormativa. Como Farias (2023; 2021) tem argumentado em trabalhos recentes, para refletir sobre contextos militarizados é imprescindível enxergar a conexão entre execuções sumárias e estupros: a penetração do corpo de uma mulher por um membro do batalhão não pode ser vista como menos grave do que a penetração do corpo do homem por uma bala de um fuzil da corporação.

Enfatizamos, portanto, a relevância de trazer as perspectivas feministas antirracistas e interseccionais para as leituras de cidade, em especial centros urbanos latino-americanos, centros urbanos localizados no sul global. No circuito de terror de Estado que nos propusemos a examinar neste texto, o poder de definir quem/o quê pode ou não circular também diz respeito ao poder de obrigar a circular, como nos microdeslocamentos forçados que expusemos. Sabendo que essa circulação nunca é neutra e objetiva, é sempre situacional, ter atenção aos marcadores sociais da diferença torna-se imperativo. Nessa análise, então, enxergamos no amplo conjunto de tecnologias governamentais mencionadas a multiplicidade de formas de violentar pessoas que, aos olhos “machulentos”²⁶ do Estado, são vistas como alvo, como inimigo que precisa ser combatido.

²⁵ Interessante notar a enumeração de “tecnologias-chave” que o autor realiza ao abordar diferentes estágios do imperialismo: “canhoneira, quinino, linhas de barco a vapor, cabos do telégrafo submarino e ferrovias” marcaram ocupações em diferentes continentes (MBEMBE, 2018: 38).

²⁶ Acionamos o termo “machulento” no sentido proposto por Mombaça (2016) em suas reflexões sobre ficção de poder.

Referências

AGUIAR, Buba. 2019. O Estado mata antes de apertar o gatilho. Em: MARTINS, Gizele; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin; RODRIGUES, Isabelle (orgs). (2019). A fortaleza das mulheres: relatos sobre a militarização da vida. Rio de Janeiro: PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

ALBERGARIA, Rafaela. 2021. Mobilidade de corpos racializados: entre liberdade e interdição. Em: SANTINI, Daniel; Albergaria, Rafaela; Santarém; Paíque (orgs). 2021. Mobilidade antirracista. São Paulo, SP: Autonomia Literária.

ALVES, Dina. 2020. Corpografias Raciais: uma etnografia das captividades femininas negras em São Paulo. TESE (Doutorado em Ciências Sociais). PUC-SP.

ALVES, Jaime Amparo. 2011. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22, pp. 108-134.

ANISTIA INTERNACIONAL. 2021. Informe 2020/21 - O estado de Direitos Humanos no mundo. Londres: Amnesty International Ltd.

BARROS, Rachel. 2016. Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. Tese de Doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

BARROS, Rachel; FARIAS, Juliana. 2017. Political displacements between the periphery and the center through territories and bodies. Vibrant: v.14 n.3.

CRESSWELL, Tim. 2014. “Friction”. In ADEY, Peter; BISSEL, David; HANNAM, Kevin; merriman, Peter; SHELLER, Mimi (orgs.). The Routledge Handbook of Mobilities. London: Routledge, 107-115.

Curiel, Ochy. 2013. La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica en la Frontera.

DAVIS, Angela. 2016 [1981]. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo.

DECOTHÉ, Marcelle. 2019. “Eu, Mulher Baixadense, Resisto!”: o impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada Fluminense. Em: MARTINS, Gizele; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin; RODRIGUES, Isabelle (orgs). (2019). A fortaleza das mulheres: relatos sobre a militarização da vida. Rio de Janeiro: PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

DOLCE, Julia; LABAKI, Victor. 2017. Brasil é um dos principais compradores de tecnologia e treinamento militar israelense. Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/03/brasil-e-um-dos-principais-compradores-de-tecnologia-e-treinamento-militar-israelense>

EFREM FILHO, Roberto. 2016. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. Cadernos Pagu, núm. 46, pp. 311-340. Brasil: UNICAMP.

FANON, Frantz. 2005. Os condenados da Terra. Juiz de Fora: Ed.UFJF.

FARIAS, Juliana. 2023. Violencia de género, violaciones de Estado: un estudio de las invasiones de territorios y cuerpos en las favelas de Río de Janeiro. ETCÉTERA. REVISTA DEL ÁREA DE CIENCIAS SOCIALES DEL CIFYH, v. 13, p. 2-27.

FARIAS, Juliana. 2021a. Binarismo bélico: o que tanques de guerra e veto de absorventes têm em comum? Le Monde Diplomatique Brasil.

FARIAS, Juliana. 2021b. Gender Violence, State Violations. Academia Letters, Article 1831. <https://doi.org/10.20935/AL1831>.

FARIAS, Juliana (2020). Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições.

FARIAS, Juliana (2015). Fuzil, caneta e carimbo: notas sobre burocracia e tecnologias de governo. Confluências | Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito, 17(3), 75-91.

FLAUZINA, Ana Luiza P.VARGAS, João Costa. Introdução. Em: FLAUZINA, Ana Luiza P.VARGAS, João Costa (orgs). MOTIM: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora. Brasília: Brado Negro, 2017.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Maurício. 2020. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 123, pp. 121-142.

GONZALEZ, Lélia. 1982. “O movimento negro na última década”. Em: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída. 2017. Geografías Racializadas y la “Guerra contra el Narco”: Violencia de género, militarización y criminalización de los pueblos indígenas en México. In: Bastos, Santiago; Sierra, María Teresa (coords.) *Pueblos indígenas y Estado en México, la disputa por la justicia y el derecho*.

HILL COLLINS, Patricia. 2020. *Lethal Intersections: women, race and violence*. Public Lecture – Institute of Advanced Studies / The University of Western Australia.

IMANISHI RODRIGUES, Rute; ARMSTRONG, Carolina. 2019. *A intervenção federal no Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil*. Rio de Janeiro: IPEA.

JEGANATHAN, Pradeep. 2018. Border, checkpoint, bodies. In: HORSTMANN, Alexander; SAXER, Martin; RIPPA, Alessandro (eds). *Routledge handbook of Asian borderlands*. New York: Routledge, 403-410.

LEITE et al. 2018. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

MARTINS, Gizele. 2023. O Julho Negro que conecta periferias do mundo. *Outras Palavras*, Rio de Janeiro/RJ. <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/wikifavelas-o-junho-negro-que-conecta-periferias-do-mundo/>

MARTINS, Gizele. 2019a. **MILITARIZAÇÃO E CENSURA: a luta por liberdade de expressão na favela da Maré**. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação.

MARTINS, Gizele. 2019b. Introdução: Militarização e a resistência das mulheres em territórios de conflitos no Brasil, na América Latina e na Palestina. Em: MARTINS, Gizele; PRAÇA, Marina;

BITENCOURT, Yasmin; RODRIGUES, Isabelle (orgs). (2019). A fortaleza das mulheres: relatos sobre a militarização da vida. Rio de Janeiro: PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

MARTINS, Gizele 2017. O Impacto dos Megaeventos e da Militarização na Vida Favelada. Em: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian. (Orgs.). Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, p. 165-174.

MARTINS et alli. 2020. Violências de gênero em contextos militarizados: uma cartografia escrita por mulheres. Rio de Janeiro: FASE.

MBEMBE, Achille. 2018. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. San Pablo: N-1 Edições.

MCCLINTOCK, Anne. 2010. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Brasil: Editora da UNICAMP.

MEDEIROS, Flavia. 2018. Linhas de investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades sobre homicídios na polícia civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia.

MENEZES, Palloma. 2023. Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: a “pacificação” das favelas cariocas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MENEZES, Palloma. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. Tempo Social, 30, 191-216, 2018.

MISLEH, Soraya. 2019. Armas de Israel matam na Palestina e nas favelas brasileiras. Em: MARTINS, Gizele; PRAÇA, Marina; BITENCOURT, Yasmin; RODRIGUES, Isabelle (orgs). (2019). A fortaleza das mulheres: relatos sobre a militarização da vida. Rio de Janeiro: PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

MISLEH, Soraya. 2017. Al Nakba: Um estudo sobre a catástrofe palestina. São Paulo: Sundermann.

MOMBAÇA, Jota. 2016. rumo a uma distribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! Cadernos de Imaginação Política. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi

PERES, Andréa. 2011. Campos de estupro: as mulheres e a Guerra na Bósnia. Cadernos Pagu, Campinas, n. 37.

RAMOS, Paulo C. et alii. 2023. Periferias no plural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

ROCHA, Luciane. 2014. Outraged mothering: black women, racial violence, and the power of emotions in Rio de Janeiro's African Diaspora. PhD Dissertation. University of Texas Austin.

ROCHA, Lia; CARVALHO, Monique; DAVIES, Frank. 2018. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. Revista de Antropologia da UFSCar, 10(1), 216–237.

ROLNIK, Raquel. 1989. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17.

SANTINI, Daniel; ALBERGARIA, Rafaela; SANTARÉM, Paíque (orgs). 2021. Mobilidade antirracista. São Paulo, SP: Autonomia Literária.

SIQUEIRA, Raíza; RODRIGUES, André. 2012. “As unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro”. Comunicações do ISER, 67 (31): 9-45.

VARGAS, João. 2012. “Gendering Antiblackness and The Impossible Brazilian Project: Emerging Critical Black Brazilian Studies.” Cultural Dynamics 24 (1): 3–12.